



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639112 - MA (2021/0004662-9)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : MARCOS RODOLFO ARAUJO SA  
**ADVOGADOS** : ARISTON PEREIRA DE SÁ FILHO - SP355664  
FABIO AUGUSTO RIBEIRO ABY AZAR - SP405864  
MARCOS RODOLFO ARAÚJO SÁ - SP409909  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : LORAN ALVES DE SA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LORAN ALVES DE SA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (RESE n. 0000130-83.2019.8.10.0126).

O paciente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, II e IV, c/c o art. 14, II, ambos do CP, e art. 12 da Lei n. 10.826/03, c/c o art. 69 do CP.

O impetrante sustenta que foi proferida sentença de pronúncia em desfavor do paciente, não obstante tenha o Ministério Público, em alegações finais, se manifestado pela desclassificação dos fatos e a imposição dos crimes previstos nos arts. 12 e 15 da Lei n. 10.826/03.

Requer, liminarmente, a suspensão do trâmite processual até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela anulação da decisão que manteve a pronúncia e a sentença respectiva, com a remessa do processo ao juízo competente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou o acórdão proferido no julgamento do recurso em sentido estrito. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão proferido no julgamento do recurso em sentido estrito.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente